

MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**IMPACTOS DO CRESCIMENTO ECONÓMICO DA ÍNDIA NO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL: CASO DE UTTAR PARDESH**

DILPREET SINGH GILL

MAIO - 2020

MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**IMPACTOS DO CRESCIMENTO ECONÓMICO DA ÍNDIA NO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL: CASO DE UTTAR PARDESH**

DILPREET SINGH GILL

ORIENTAÇÃO:
PROFESSORA DOUTORA MARIA LEONOR FREIRE COSTA

MAIO - 2020

ABSTRACT

Development is a term with different dimensions and interpretations, without having a single meaning. Typically, whenever the development issue is discussed, the approach is limited only to economic growth. However, development is a much broader concept which includes other important aspects as well, such as income distribution, social welfare, as well as changes in formal or informal institutions that allow greater social inclusion, meaning opportunities.

This paper examines the relationship between economic and social development, taking India as a test case. Within India, this paper focuses on the state of Uttar Pradesh in an exemplary way and thereafter an analysis will be made of how India's economic boom started in 1991 benefited or not Indian society generally, and particularly that of Uttar Pradesh.

The role of institutions, both formal and informal, is discussed throughout this work, since they have a fundamental role in changing social norms and in the effectiveness of economic policies. However, the interinstitutional conflict, that is, a lack of coherence between formal and informal institutions, often leads to the failure of the developmentalist view, something that is very evident in India, particularly in the case of Uttar Pradesh.

Keywords: Development; Economic growth; Income distribution; Society; Institutions; Uttar Pradesh.

RESUMO

O desenvolvimento é um termo com diferentes dimensões e interpretações, sem um significado único. Normalmente, quando se fala no desenvolvimento, a abordagem fica limitada apenas ao crescimento económico. Contudo, o desenvolvimento é uma visão muito mais ampla que inclui outros aspetos importantes também como distribuição do rendimento, bem-estar social, assim como alteração de instituições formais ou informais que permitem maior inclusão social, significando oportunidades.

Este trabalho analisa a relação que existe entre o desenvolvimento económico e social, tomando a Índia como um estudo de caso. Dentro da Índia, este trabalho foca-se no Estado de Uttar Pardesh de forma exemplificativa e a partir daí será feita uma análise como o *boom* económico da Índia iniciado em 1991 beneficiou ou não a sociedade indiana em geral e, em particular, a de Uttar Pardesh.

O papel das instituições, formais e informais, é discutido ao longo deste trabalho, uma vez que têm um papel fundamental na alteração de normas sociais e na eficácia das políticas económicas. Contudo, o conflito interinstitucional, isto é, falta de coerência entre instituições formais e informais, leva muitas vezes ao insucesso da visão desenvolvimentista do Estado, algo que é muito evidente na Índia, particularmente no caso de Uttar Pardesh.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Crescimento económico; Distribuição de rendimento; Sociedade; Instituições; Uttar Pardesh.

ÍNDICE

ABSTRACT	i
RESUMO	ii
Índice	iii
Agradecimentos	iv
1. INTRODUÇÃO E ARGUMENTO CENTRAL	1
2. OS MODELOS DE POLÍTICA ECONÓMICA E AS INSTITUIÇÕES FORMAIS RELEVANTES	5
<i>2.1. Estrutura económica e social: os fundamentos da política económica</i>	6
<i>2.2. Crise da balança de pagamentos</i>	9
3. AS REFORMAS ECONÓMICAS DE LIBERALIZAÇÃO E DESEMPENHO SOCIOECONÓMICO DESDE 1991	18
4. DESEMPENHO DE UTTAR PARDESH	21
5. CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

AGRADECIMENTOS

Muito Obrigado à Professora Doutora Maria Leonor Freire Costa por ter acompanhado ao longo deste trabalho, pelo conhecimento transmitido que tanto me guiou durante todo o processo de preparação e elaboração e por toda a atenção e cuidado prestado. Agradeço ao Professor Eugénio Viassa Monteiro pelo apoio incondicional sempre que necessitei, que me possibilitou concluir este trabalho com sucesso. Um grande obrigado desde o fundo do coração à minha família e amigos, agradeço imenso por terem estado sempre presentes, sem vosso encorajamento nunca conseguiria terminar a jornada académica. Obrigado por tudo.

1. INTRODUÇÃO E ARGUMENTO CENTRAL

Índia é certamente um país que está em rápida ascensão económica, cada vez mais forte como um ator influenciador na política global. Olhando para os resultados económicos, tem tido uma forte evolução no seu PIB per capita desde 1991. Segundo os dados do Banco Mundial o PIB per capita triplicou entre 1991 e 2015. Em 1991, em plena crise económica o PIB variava a uma taxa de -0.98%, e em 2015 estava a crescer 6.18%. Contudo, ao olhar para os dados, é possível verificar que o desenvolvimento social não seguiu um paralelismo com este sucesso económico. Isto é, apesar de haver um forte crescimento económico, não houve uma ‘revolução’ para resolver as questões como a pobreza e/ou desnutrição infantil, por exemplo, traduzindo-se este problema numa persistente desigualdade na distribuição de rendimento entre estados da Índia.

Entre muitos outros, um dos grandes desafios que a Índia tem neste momento é eliminar a desigualdade de distribuição do rendimento e aumento do nível de desenvolvimento social, pois existem realidades muito diferentes em termos económicos e sociais de uma região para a outra. O caso de Uttar Pradesh serve neste trabalho para exemplificar as dificuldades experimentadas na Índia desde a independência para superar as barreiras do desenvolvimento. Este estado é o mais populoso, mas também o que regista o maior número de habitantes em situação de pobreza segundo a definição das Organização das Nações Unidas e que orienta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo o padrão comumente usado de US\$1 por dia por pessoa. De acordo com os censos de 2011, acolhe 20% da população pobre da Índia (Pal, 2014).

Este trabalho de síntese pretende sistematizar alguns dos fatores do desequilíbrio do desenvolvimento indiano, uma vez que a questão central que aborda é, precisamente, por que razão o crescimento económico no conjunto da União Indiana não eliminou a desigualdade regional medida por indicadores de desenvolvimento social. A análise será feita a partir do contexto histórico que oferece uma visão de longo prazo do que têm sido as políticas económicas, reveladoras de que a Índia tem vindo a mudar as escolhas políticas ao longo das últimas décadas. De seguida, será analisado o papel das reformas económicas de 1991 que são vistas como um ponto de viragem na história da Índia, e

cuja importância radica no facto de assegurar autonomia de decisão a cada estado dentro da União Indiana. No fim, serão analisados os resultados obtidos após a abertura económica do país e o impacto que ela tem tido na vida diária dos cidadãos indianos, particularmente focando no Uttar Pradesh. Não será, pois, pela estabilidade das decisões políticas tomadas desde a independência que o problema persiste. Mas a observação daquele estado que melhor representa a Índia em termos populacionais, uma vez que é a casa para cerca de 17% da população indiana segundo os censos de 2011 (Srivastava, 2015), permite individualizar alguns fatores explicativos para o desequilíbrio regional na parte final deste trabalho.

A tabela seguinte (Tabela 1), com uma comparação entre o Uttar Pradesh e Maharastra - o estado com maior desenvolvimento económico - ilustra as especificidades do estado Uttar Pradesh atendendo a alguns dos problemas que serão destacados.

Tabela 1: Comparação entre Maharastra e Uttar Pradesh segundo os Censos 2011

	Maharastra		Uttar Pradesh	
Population	112,374,333		199,812,342	
GDP Per Capita	\$3,027		\$950	
Population below poverty line	17,7%		29,9%	
Infant mortality per 1000 births	19		43	
Literacy rate (overall and by gender)	82,3%		67,7%	
	Male	Female	Male	Female
	78%	67%	69%	57%
Dalits in total population of the state	14%		22%	

Source: Census of India, 2011

Fonte: Ministry of Statistics and Programme Implementation, 2020

O problema colocado neste trabalho tem fundamento numa ampla tradição de trabalhos inspirados na Nova Economia Institucional, considerando as pistas bem debatidas nos trabalhos de D. Acemoglu, Robinson e Johnson, os quais, por sua vez,

foram no caminho há muito aberto por Douglass North e outros economistas da teoria da *Public Choice*, quando atenderam aos diferentes resultados possíveis da intervenção das instituições políticas no desenho das instituições económicas (nomeadamente nos direitos de propriedade) e repercussões na distribuição do rendimento (Acemoglu et al., 2005).

No entanto, os problemas decorrentes da consistência ou inconsistência das políticas económicas, incluindo reformas nos direitos de propriedade, com os incentivos derivados das chamadas instituições informais - dependentes da observação de normas sociais ou de valores com fundamentos religiosos ou éticos - constitui um aspeto menos trabalhado nas diferentes correntes da Nova Economia Institucional. Se existe um campo amplo de investigações sobre a importância das normas no capital social das sociedades em desenvolvimento (Knorringa & Staveren, 2007), as instituições informais são resilientes e podem em certos casos caracterizar-se como pouco inclusivas e, portanto, não compatíveis com a noção de capital social. A Nova Economia Institucional não fornece, portanto, uma teoria de como e quando uma mudança radical nas instituições, promovidas “de cima para baixo”, pode assegurar as condições de desenvolvimento.

Neste trabalho mostra-se que a implementação de políticas económicas destinadas a aumentar capital físico ou humano não foram suficientes para assegurar desenvolvimento social no longo prazo. Mostra-se que políticas destinadas a alterar instituições formais e que intentaram assegurar maior equidade no acesso a bens de capital podem ser desvirtuadas nos seus objetivos por normas sociais ou valores com fundamentos religiosos e que marcam profundamente as formas de diferenciação/exclusão social, como é o sistema de castas na sociedade indiana. Assim sendo, no Uttar Pradesh as reformas, quer antes, quer depois de 1991, nem sempre se compatibilizaram com as características historicamente determinadas deste estado.

São várias as fontes bibliográficas que serão utilizadas ao longo do trabalho, mas a principal ênfase será dada aos relatórios e trabalhos publicados, quer do lado do Estado indiano, quer do lado dos *thinktanks* não-governamentais, e também publicados pelas entidades terceiras credíveis como FMI e Banco Mundial

Como fundamento do argumento central, este trabalho discute o papel do Estado Desenvolvimentista desde a independência (1947). Ao longo dos anos, o Estado indiano sempre defendeu que a sustentabilidade e bem-estar social é apenas alcançável através do crescimento económico. Por isso, vários caminhos foram seguidos para alcançar o crescimento económico. A preocupação social sempre esteve presente, mas várias medidas que foram tomadas ao longo dos anos, e que serão sintetizadas neste trabalho, nem sempre foram bem-sucedidas. Não obstante, a partir da análise histórica, verificamos que o sistema de castas e complexo sistema de religiões impediram o sucesso das medidas sociais planeadas. Por fim, admitimos que as idiosincrasias de decisores políticos introduzem uma variável mais na eficácia das instituições formais, não apenas pelas implicações na corrupção estatal, mas também pelos interesses pessoais dos decisores políticos no quadro político-partidário. Assim sendo, argumentamos que não será por falta de adaptação a contextos nacionais e internacionais mutáveis que, quer as instituições formais, quer os incentivos por elas gerados, deram resultados ainda distantes da desejada inclusão social, que eliminaria as diferenças regionais.

O caso Indiano e o exemplo do Uttar Pardesh confirmam que desenvolvimento é uma complexa transformação institucional em que as instituições formais e pluralidade reguladora da vida económica por vezes forçam a mudança de instituições informais, outras vezes são questionadas na sua efetividade pela falta de coerência com essas instituições informais. A direção da causalidade da mudança institucional, se crescimento é condição de mudança institucional, ou se são as instituições condição de crescimento, é problema implícito nesta análise, pois ao focarmos a nossa atenção nas políticas económicas, admitimos que crescimento e desenvolvimento beneficiam com instituições políticas se forem eficazes para resolver problemas de distribuição e rendimento (Acemoglu et al., 2005).

Este trabalho encontra-se dividido em duas partes principalmente, a primeira parte olha para um lado mais histórico e analisa a evolução da Índia hoje conhecida e a segunda parte observa a realidade social da Índia moderna, usando Uttar Pardesh como um estudo de caso.

2. OS MODELOS DE POLÍTICA ECONÓMICA E AS INSTITUIÇÕES FORMAIS RELEVANTES

Índia torna-se um país independente em 1947, após quase 200 anos do domínio do governo colonial britânico. Em termos sociais, a Índia sofria de todo o tipo de problemas que levam a sociedade de um país a viver na miséria. Para começar, basta olhar para os dados da pobreza. Segundo os cálculos de Corbridge (2009), cerca de 60 a 70% da população indiana vivia na pobreza extrema e a literacia nem atingia 1/3 da população quando os britânicos deixaram o país. O mesmo cenário era visível na saúde, pois a taxa de mortalidade infantil era uma das mais altas do mundo devido às precárias condições e cuidados de saúde. Apresentando a imagem da sociedade indiana da Índia descolonizada, Shashi Tharoor descreve-a da seguinte forma:

What had once been one of the richest and most industrialised economies of the world, which together with China accounted for almost 75% of world industrial output in 1750, had been reduced by the depredations of imperial rule to one of the poorest, most backward, illiterate and diseased societies on Earth by the time of independence in 1947.

In Worstall (2017), p.2

A sociedade indiana de 1947 contava com 16% da taxa de literacia, esperança média de vida de 27 anos. A conectividade era praticamente inexistente devido à falta de infraestruturas e acesso aos bens primários era um sonho para a maioria dos indianos (Tharoor, 2017). Para piorar a situação, a partição do país de 1947 gerou uma terrível crise de refugiados. Além disso, as condições precárias já existentes agravaram ainda mais com a erupção da violência religiosa entre os vários grupos religiosos em cada canto do país e o Estado enfraquecido com poucos recursos financeiros teve de gastar uma grande parte do "pouco" que tinha na recolocação dos refugiados e para acalmar a situação de tensão religiosa (Mukhopadhyay, 2019).

Entre 1947 e 1991, as políticas económicas seguiram um modelo de forte intervenção do Estado. A partir de 1991, na sequência de graves anos de crise económica e financeira, e com assistência do FMI, a liberalização da economia foi a par da concessão de autonomia de decisão em matéria fiscal e de política económica aos diferentes estados da União. Depois de uma fase longa de centralização, que definiu a

articulação entre o Estado central e os restantes estados da União, os anos posteriores a 1991 evidenciam as dificuldades das regiões com menor capacidade fiscal para promover políticas desenvolvimentistas, o que torna a análise do caso do Uttar Pradesh pertinente.

Neste capítulo exporemos as diferentes etapas de política económica que dão o enquadramento institucional em que decorre o agravamento das disparidades regionais.

2.1. Estrutura económica e social: os fundamentos da política económica

Inicialmente, sob a liderança socialista de Jawaharlal Nehru, o estado entendeu que o modelo desenvolvimentista devia ser igualitário. No seu primeiro discurso, Nehru relembrou que as tarefas prioritárias para a nova Índia eram: 1) Fim da pobreza, 2) Ignorância (falta de alfabetização), 3) Eliminação de doenças e epidemias e 4) Fim da desigualdade de oportunidades (Kumar & Rahaman, 2016). Para cumprir estas e demais tarefas, o governo de Jawaharlal Nehru decidiu estabelecer o *Planning Commission* em 1950, seguindo o modelo socialista soviético de planos quinquenais. A *Planning Commission* é estabelecida, desenhando políticas idênticas para todas as regiões do país, independentemente da localização geográfica e condição socioeconómica.

Porém, o socialismo de Nehru foi modificado de acordo com as necessidades da Índia e não foi aplicado de mesma forma como foi no caso chinês e/ou soviético. Seguramente, Nehru favorecia uma economia com a forte intervenção estatal dominada pelo setor público e com planeamento centralizado, mas como os recursos não eram suficientes para o Estado tomar conta de toda a economia, teve de manter o caminho aberto para o setor privado até certa altura, no entanto, com muitas restrições. Um ótimo exemplo disso é o sistema *License Raj*, um sistema que obrigava os empresários pedirem a autorização prévia do Estado antes de iniciar as suas atividades, após provar ao governo que a sua atividade não era uma “ameaça” para as empresas estatais. Além disso, com *License Raj*, as liberdades que os empresários tinham em relação ao seu negócio eram muito limitadas, pois o tipo dos bens, o volume da produção, o preço dos bens produzidos e a fonte de financiamento das empresas do setor privado era decidido

pelo Estado. Contudo, com a experiência económica e social pouco positiva com o favorecimento apenas do setor público, a administração Nehru implementa o *Industrial Policy Resolution Act*, de modo a flexibilizar o mercado para o setor privado. Através desse pacote legislativo, o governo de Nehru facilitou as normas estabelecidas pelo *License Raj*, para o setor privado investir na indústria e ao mesmo tempo, foi aumentado o orçamento do Estado para o setor industrial, de forma a apoiar o estabelecimento do setor industrial privado. Com isto, podemos dizer que a Índia optou por meio-termo, em vez de seguir religiosamente o modelo do socialismo soviético (William et al., 2012).

Com uma sociedade maioritariamente ligada à agricultura, era necessário gerar o emprego neste setor, daí o governo ter focado neste setor prioritariamente. O primeiro plano de 1951-1956 deu a maior atenção para o setor agrícola, tendo em conta duas razões principais: primeiramente, uma Índia completamente enfraquecida pela colonização, sofria da escassez de alimentos. Em segundo lugar, para assegurar a estabilidade financeira da população indiana que estava maioritariamente ligada à agricultura, tal como ainda hoje. Segundo os cálculos de Corbridge (2009), cerca de 75% da população total em 1950 estava dependente da agricultura e este setor contribuía em 58% para a economia do país.

Contudo, a política adotada para reformar a agricultura teve reações mistas no país. A administração Nehru decidiu abolir o sistema *Zamindari* passando os direitos de propriedade para os trabalhadores agrícolas. O *Zamindar*, senhor proprietário de terras, tinha historicamente poderes de suserania e posse de terra em vastos territórios. O povo que vivia sob jurisdição do *Zamindar* trabalhava para esse senhor nas suas terras e pagava-lhe imposto. Estes senhores eram reconhecidos pelos governos antes da independência, uma vez que prestavam certos serviços ao governo, por exemplo, serviço militar e pagamento de impostos. Com a abolição do sistema *Zamindari*, os antigos proprietários (senhores) não foram indemnizados. Houve uma grande revolta pelos membros da elite assim que o governo decidiu tomar esta medida, pois os grandes senhores da elite eram os que possuíam mais terras e estavam em risco de perder os seus direitos de propriedade.

Sublinhe-se que a reforma agrária de Nehru não transferia os direitos de propriedade agrícola para os *dalits* (intocáveis – vide tabela 1). Como tal, a reforma não

foi apenas mal recebida pelos membros da elite, mas também pelos *policymakers* como o Dr. Ambedkar, escritor da constituição indiana. Segundo Dr. Ambedkar, a distribuição da propriedade deveria ser feita de forma igual para toda a população e não apenas para um ou mais grupos particularmente. Segundo o Dr. Ambedkar, a exclusão dos *dalits* do direito de propriedade era o maior erro cometido pela administração Nehru que iria deixar na escuridão os mais vulneráveis. O complexo sistema de castas indiano já era um grande castigo para a classe de "intocáveis" e a sua exclusão da lista dos futuros donos de propriedade agravaria ainda mais a sua posição na sociedade. Todos os estados do país foram obrigados a implementar esta nova lei, uma vez que a administração era centralizada e controlada a partir da capital, Nova Deli. Um dos estados que mais sofreu com a entrada em vigor desta nova lei foi naturalmente o Uttar Pradesh, pois era aí que vivia (e ainda hoje vive) a maior parte da população de "intocáveis". Segundo os censos de 2011, Uttar Pradesh continua a acolher 22% da população total deste grupo social da Índia (Sivakumar, 2013).

Para os trabalhadores agrícolas que tinham acabado de se tornar os novos donos das terras agrícolas, foi criado o plano de dar subsídios agrícolas, de modo a garantir a sua estabilidade financeira e melhorar as suas condições de vida, nomeadamente a redução da pobreza tal como Nehru tinha prometido no seu primeiro discurso ao público. Além disso, outro objetivo era assegurar a boa produção agrícola para reduzir a escassez alimentar, que era o maior desafio para o país. Para atingir esse objetivo, a administração Nehru apostou na forte interferência estatal e forneceu o equipamento técnico subsidiado aos agricultores, como tratores e máquinas agrícolas. Também urgiu a construção de barragens e sistema de irrigação para o mesmo efeito. Além disso, estabeleceu vários centros de investigação sobre agricultura, de modo a atingir as metas do primeiro plano quinquenal (National Informatics Centre, 2015).

A administração nehruviana decidiu trazer certas reformas sociais ao país. Para iniciar, declarou a Índia como um Estado secular, sem favorecer qualquer grupo religioso. Simultaneamente, foi dada uma grande importância à construção de escolas, especialmente nas zonas rurais, pois era aí que vivia a maior parte da população. Para motivar as famílias a enviarem as crianças às escolas, introduziu o programa de educação básica sem custos e refeições gratuitas nas escolas. À parte disso, deu grande atenção à proteção dos direitos das mulheres, algo que era muito difícil numa sociedade

altamente conservadora como a da Índia. Porém, Nehru tomou a iniciativa e reformou o "Código Hindu", isto é, as regras da religião Hindu, passando a atribuir mais liberdade para as mulheres indianas como o direito ao divórcio, por exemplo (Tagra, 1994).

Uma característica da sociedade indiana é o sistema de castas, que servia e serve como um bloqueio na melhoria e desenvolvimento social do país. Uma grande reforma que Nehru trouxe para enfrentar este obstáculo foi a introdução de procedimentos legais que tornavam ilegal qualquer tipo de discriminação baseada nas castas (Dirks, 2011). Porém, como já vimos anteriormente, a decisão de transferir os direitos de propriedade de terras agrícolas foi tomada tendo em conta o sistema de castas, pois os *dalits* foram excluídos. No entanto, a visão de Nehru era de que o fortalecimento da classe social mais baixa da sociedade era possível não tanto com a posse de bens (terras) mas com a sua proteção pela lei. Um exemplo disso é o sistema de quotas que foi introduzido para as pessoas da classe social mais baixa poderem entrar no mercado de trabalho com mais facilidade, evitando a marginalidade, e conseqüentemente, melhorar as suas condições de subsistência (Corbridge, 2009).

Com todas estas medidas económicas e sociais, a Índia estava pronta para entrar numa nova fase de desenvolvimento. O próximo ponto do trabalho “Crise da balança de pagamentos” analisa o impacto das medidas nehruvianas e de que forma elas formularam a vida socioeconómica do país.

2.1. Crise da balança de pagamentos

O primeiro plano não teve um grande sucesso tal como esperava Nehru, por várias razões. Entre os principais motivos de insucesso contou: 1) Falta de consciencialização entre os agricultores sobre o método de trabalho e utilização de tecnologia fornecida pelo Estado, 2) Falta de preparação prévia antes de implementar o plano de forma similar em todo o país com diferentes condições geológicas, e 3) Falta de política de gestão de risco que pudesse encontrar as soluções/alternativas imediatas, no caso de resultados negativos.

Portanto, até os fins da década de 1950, era claro que a produção agrícola não estava a acompanhar o ritmo do aumento da população e os níveis de PIB per capita tiveram praticamente 0% de crescimento neste período. Juntamente com isto, a revolta dos líderes locais insatisfeitos com as reformas agrárias estava cada vez mais forte, o que colocava em risco a liderança de Nehru como Primeiro-ministro da Índia. O modelo nehruviano de *top-down*, ou seja, distribuir a riqueza do Estado para os cidadãos através do socialismo indiano focado na agricultura, parecia ter falhado em menos de uma década.

Com o fim do primeiro plano em 1956, Nehru entendeu que era necessário mudar a estratégia económica para assegurar um crescimento estável, que ao mesmo tempo pudesse beneficiá-lo ao nível político, reduzindo os seus problemas com a liderança local indiana. O segundo plano foi lançado em 1956 com esta visão estratégica e o peso do setor agrícola foi reduzido para 17.5% desta vez, em comparação com quase 40% no primeiro plano (Mukherji, 2009b). Juntamente com o segundo plano, foram introduzidas ligeiras modificações no sistema de *Licence Raj* com a criação do *Industrial Policy Resolution Act*. O objetivo era facilitar as normas para o setor privado investir na indústria e foi aumentado o orçamento do Estado para o setor industrial, como referido anteriormente (Mukherji, 2009a).

Como o *Licence Raj* não estava livre de influências políticas e não servia os interesses de todos os industrialistas de forma justa, os grandes empresários bloquearam o caminho para a competição e inovação, subornando a elite política para limitar a emissão de licenças para indústria de pequena e média escala. Por isso, o segundo plano tampouco foi revolucionário para o setor industrial, tal como o primeiro plano não fora para a agricultura. A produção industrial não foi impressionante e a situação económica do país fragilizou-se ainda mais, pois a produção interna era quase nula e o governo teve de começar a importar em grande escala os produtos escassos, sobretudo os agrícolas (a partir dos EUA) e industriais, apesar da política de *Import substitution industrialization (ISI)* estar em vigor.

Ao mesmo tempo, a guerra sino-indiana de 1962 obrigou o país a prestar atenção à defesa. A defesa requereu esforço orçamental do Estado. Assim, os setores agrícola e industrial, já enfraquecidos desde 1947, sofreram ainda mais com a redução

do financiamento estatal. Antes de ser tomada uma medida sólida por parte do governo para lidar com este cenário, a morte de Nehru em 1964 deixou o país numa situação de incerteza. Para piorar os difíceis tempos que a Índia vivia nesta época, começou a guerra com o Paquistão em 1965, que requereu ainda mais investimento na defesa. Além disso, os desastres naturais, seca e chuvas intensas em certas regiões entre 1965-1968, agravaram a crise alimentar, iniciada já na época de Nehru, e em estado altamente alarmante em 1970 (Mukherji, 2009a). Como o resultado de todos estes fatores juntos, as taxas de pobreza na Índia, sobretudo nas zonas rurais, aumentaram drasticamente entre 1961-1969 e os preços dos produtos alimentares subiram mais de 20%. O dinheiro para financiar os próximos planos quinquenais era escasso, já que os valores dos gastos do Estado superavam os valores da receita (Corbridge, 2009) e a inflação que se encontrava em 2% em 1961, subiu para 12% até 1968 (FMI, 2019).

Neste contexto, Lal Bahadur Shastri tornou-se o segundo Primeiro-ministro do país em 1964. Shastri foi ainda mais longe no processo de reformas das instituições políticas, com a introdução de reformas no *Planning Commission*, terminando com o sistema centralizado de políticas socioeconómicas para o país inteiro. Cada estado passou a participar no processo de *policy-making* de acordo com as suas prioridades e necessidades. Cada estado apresentava um plano estratégico ao governo federal, o governo federal verificava esse plano e distribuía os fundos. Portanto, o planeamento continuava a ser feito dentro do *Planning Commission*, mas com os *inputs* de cada estado.

Lal Bahadur Shastri também apoiava a ideia de um sistema mais flexível para os empresários. Manteve o *Industrial Policy Resolution Act* em vigor e aceitou certas propostas e sugestões do Banco Mundial para reformar as políticas económicas como 1) Liberalizar até certa medida as importações, 2) Liberalizar os setores de produção de fertilizantes, que estavam sob o controlo do governo socialista, 3) Reduzir o peso do setor público e 4) Aumentar o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) para dar oxigénio à economia em recessão (Mukherji, 2009b). No entanto, o mandato de Shastri foi muito curto. Após a sua morte foi substituído por Indira Gandhi em 1966.

A viragem para um sistema mais flexível não é inteiramente seguida pelo próximo governo de Indira Gandhi que retoma a ideologia inicial de Nehru para a indústria,

como veremos adiante. Porém, o governo de Indira Gandhi manteve a legislação anterior que reformou os poderes do *Planning Commission*, o que ajudou o sucesso da Revolução Verde. Graças à previa reforma na *Planning Commission*, pôde o programa para a agricultura ser dirigido a apenas alguns estados, com as melhores condições geológicas, e convidados a participar. Por sua vez, esta diferenciação regional foi altamente beneficiária para o melhor aproveitamento de fundos do governo central.

A Revolução Verde, um programa para estabilidade agrícola, foi o ponto de viragem para a agricultura indiana, pois provou ser uma chave de desenvolvimento económico e social para estados como Punjab e Haryana, que ainda hoje estão entre os estados mais prósperos do país. Uma vez que o pequeno e médio agricultor tinha passado a ser dono da terra que cultivava (graças às reformas de Nehru), todo o lucro produzido pela mesma terra beneficiava diretamente a sua família, dando-a uma possibilidade para sair da pobreza. Uma das principais razões do sucesso da Revolução Verde foi o planeamento e preparação prévia, ou seja, o programa foi desenhado de acordo com as sugestões de especialistas. Os agricultores também foram mais bem informados sobre as técnicas a serem utilizadas através dos seminários organizados em cada região, algo que tinha faltado na época de Nehru durante o primeiro plano como foi visto anteriormente. Contudo, outros estados como Uttar Pradesh não foram inteiramente encaixados na Revolução Verde pelas seguintes razões principalmente: 1) Falta de cooperação de agricultores em adotar novos sistemas agrícolas devido à desinformação e preconceitos sobre a Revolução Verde, 2) Recusa para mudar os sistemas de colheita tradicionais, e 3) Falha do Governo local em eliminar de completo o sistema *Zamindari*, apesar das indicações do Governo Federal (Singh & Kohli, 1997). Consequentemente, o Uttar Pradesh ficou à margem do milagre da Revolução Verde, sendo os preconceitos dos agricultores em Uttar Pradesh alimentado pelos partidos políticos do governo local, de oposição a Indira.

Seguindo os passos já iniciados por Shastri, Indira Gandhi fortaleceu a cooperação agrícola com os americanos. Este ligeiro câmbio na mentalidade política da Índia foi bem recebido pelo lado americano também, pois os montantes de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) atribuídos pela USAid, registaram um acréscimo significativo. Ao contrário do seu pai, Indira Gandhi afastou-se até certa altura da União Soviética, o maior aliado da Índia na época e iniciou o diálogo com os EUA para

fortalecer os laços económicos. Isto em si, já era um sinal de abertura económica que defendia o Shastri, pois os EUA eram o maior mercado do mundo e com maior poder de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) que Índia necessitava com grande urgência para recuperar do desastre económico que vinha acumulando desde as últimas décadas (Mukherji, 2009b).

Porém, Indira Gandhi tinha a personalidade de uma pessoa imprevisível e, para surpresa de todos, tomou a decisão de nacionalizar os bancos privados em 1969 (Dhawan, 1985). Porém, segundo a sua clarificação, este passo tinha dois objetivos principais: 1) Facilitar o acesso ao crédito aos agricultores, uma vez que os bancos privados exigiam condições que eram quase impossíveis de cumprir para a maioria dos agricultores na Índia e isto prejudicava o sucesso da revolução agrícola que tinha lançado e 2) construir a confiança da população em depositar o dinheiro nos bancos para que o Estado pudesse utilizar este dinheiro nos seus planos económicos, pois os bancos privados podiam falir a qualquer momento, por isso, quase ninguém depositava o seu dinheiro nos bancos (Barman, 2016).

Na sua política industrial, foram limitadas ainda mais as possibilidades para o setor privado com a implementação de *Monopolies and Restrictive Trade Practices Act (MRTP)*. Estas medidas limitavam as liberdades dos empresários, acabando assim com o *Industrial Policy Resolution Act*. Além disso, a indústria extrativa foi nacionalizada. Os industrialistas protestaram contra esta decisão do Estado, mas não tiveram sucesso em pressionar Indira Gandhi para alterar as políticas em seu favor. Porém, os câmbios para nacionalizar os setores industriais não foram conduzidos pelas mesmas razões que levaram a nacionalização do setor bancário. No caso da nacionalização do setor bancário, havia o setor agrícola que assim o exigia, mas no caso industrial foi o ‘interesse pessoal’ de Indira Gandhi que obrigou-a a adotar as políticas mais conservadoras em vez de liberais como inicialmente defendia. Desde o início da sua carreira política, sentiu a ameaça interna por parte de um grupo dos políticos no seu partido. Para fortalecer a sua posição dentro do próprio partido, e como Primeira-ministra, começou a aliar-se com os demais partidos e políticos opositores de ideias liberais. Neste sentido, a política industrial de Indira Gandhi é vista como uma política influenciada mais pelo interesse pessoal e menos pela vontade política de desenvolver o país (Panagariya, 2011).

A política de restauração e imposição de novas restrições na indústria provou ser uma pedra no caminho de desenvolvimento, pois não houve criação de novos empregos uma vez que faltou investimento privado na indústria e os empresários que ainda assim investiram foram obrigados a dar subornos aos políticos corruptos, que eram apoiados por sistema de licenças (Mukherji, 2009b).

Indira Gandhi estava consciente de que a revolta contra ela no seu próprio partido e a sua falha em reduzir a pobreza iriam dificultar a sua vitória nas eleições de 1971. Entre muitas incertezas, venceu as eleições e tomou posse pela segunda vez como Primeira-ministra em 1971. Antes de que avançasse com qualquer política económica ou social, a Índia entrou na segunda guerra com o Paquistão em 1971, o que teve um peso elevadíssimo no tesouro público. O país ainda não tinha recuperado das consequências da guerra e iniciou a primeira crise petrolífera em 1973, o que dificultou ainda mais as contas do país, pois o petróleo era o bem que tinha o maior peso nas importações. As secas de 1972 forçaram um grande número de agricultores a perder as suas colheitas e o investimento de Estado nos subsídios agrícolas nesse ano converteu-se num investimento sem retorno (Weber, 2012).

Segundo Corbridge (2009), em vinte anos de reformas, entre 1951 e 1971 a redução da pobreza não registou grandes avanços, com taxas entre os 45 e 50%.

A Índia elegeu pela primeira vez o governo de um partido diferente em 1977, após a derrota de Indira Gandhi. Era o governo de aliança entre vários partidos que caiu em menos de 4 anos. Além disso, a segunda crise petrolífera e a revolução iraniana de 1979 aumentaram o valor das importações de petróleo de \$180 milhões em 1975 para \$6.6 mil milhões em 1979. A ocupação soviética do Afeganistão em 1979 acelerou a corrida para a compra de armas entre os países vizinhos, incluindo a Índia, obrigando o país a pedir empréstimos ao Banco Mundial. Todos estes eventos colocaram o novo governo à prova e, tal como se esperava, o governo de aliança não conseguiu proteger a economia indiana das consequências destes eventos e acabou por cair. Neste sentido, a única alternativa que restava era o Congresso Nacional Indiano e Indira Gandhi voltou ao poder em 1980.

As lições que Indira Gandhi aprendeu com os seus erros do primeiro mandato fizeram com que repensasse o modelo económico e social do país, pois as taxas de

desemprego eram mais altas desde a independência, o poder de compra não tinha registado qualquer melhoria e estava a entrar em declínio (Varalaksmi & Jnpathy, 2005). Com uma economia altamente enfraquecida e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo, a única hipótese de Indira Gandhi era a escolha do caminho mais liberal.

No início dos anos 80, com a subida de Reagan e Thatcher ao poder nos EUA e Reino Unido, respetivamente, o sistema político e económico global estava a preparar para as grandes mudanças, por isso era necessário para a Índia seguir o mesmo caminho. Ao mesmo tempo, a abertura económica da China na década anterior tinha começado a mostrar os resultados positivos e, simultaneamente, a União Soviética estava em crise. As experiências dos outros países asiáticos como Taiwan, Coreia do Sul, Singapura, etc. tinham provado como a economia mais virada para a globalização podia beneficiar o bem-estar de um país e da sua população. Indira Gandhi tinha em conta todos estes acontecimentos internacionais e dada a situação do seu próprio país decidiu optar por fazer a escolha que os seus aliados políticos negavam – transição gradual do socialismo para o capitalismo. Porém, antes de que pudesse implementar o seu novo modelo económico, foi assassinada em 1984 (Mukherji, 2009a).

Rajiv Gandhi, filho de Indira Gandhi tornou-se Primeiro-ministro após a morte da sua mãe em 1984. Decidiu dar continuidade às novas políticas de abertura económica. Para iniciar o processo de modernização, tomou várias medidas inovadoras, mas as mais importantes são as seguintes: 1) reformou o *Monopolies and Restrictive Trade Practices Act (MRTP)* introduzido pela Indira Gandhi, possibilitando que os empresários da indústria decidissem o grau de expansão do seu negócio e o tipo de bens a serem produzidos nas suas fábricas; 2) permitiu as parcerias público-privadas de modo a diminuir as despesas do Estado e assegurar aos industrialistas que o seu investimento estava protegido, uma vez que o Estado também tinha o interesse no sucesso da parceria; 3) favoreceu a expansão tecnológica na Índia, sobretudo a conexão telefónica e da internet de modo a facilitar a ligação entre os vários cantos da Índia, que iriam servir como a infraestrutura para os setores de indústria e serviços também; 4) reformulou o seu gabinete, substituindo os antigos líderes por economistas com alta profissionalização; 5) reduziu as tarifas de importação de certos bens como a maquinaria necessária para iniciar a produção industrial na Índia; 6) promoveu as

políticas para aumentar o volume das exportações a partir da Índia (Panagariya, 2003). Como resultado, o crescimento industrial que tivera o crescimento anual de 4.5% em 1975, registou a subida para 5.9% até 1988 (Mukherji, 2009b).

Porém, poucas tentativas foram feitas para atrair o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e ao mesmo tempo, a administração de Rajiv Gandhi investiu fortemente no sistema de subsídios agrícolas para garantir a sustentabilidade da Revolução Verde, pois o objetivo era evitar que o país entrasse de novo em crise alimentar. O resultado foi que a agricultura teve um crescimento anual de 4 a 5% durante os anos 80, o resultado mais alto atingido desde a independência.

Além disso, com as iniciativas liberais, era necessária a criação de medidas fiscais para combater a evasão fiscal, algo que não ocorreu e muitos empresários aproveitaram negativamente do fraco sistema fiscal, dando enfraquecimento ao tesouro do Estado. Outra medida de Rajiv Gandhi foi o acréscimo nos salários dos trabalhadores da função pública para aumentar o poder de compra no país, possibilitando o acréscimo na compra dos bens industriais produzidos localmente. No entanto, como a economia ainda era maioritariamente controlada pelo Estado, a maioria dos trabalhadores no país eram funcionários públicos, logo, esta medida requereu um aumento da despesa por parte do Estado (Mukherji, 2009b).

Para apoiar o sistema de subsídios agrícolas, acréscimo nos salários de funcionalismo público e investimento estatal nos programas sociais, o governo pediu a assistência do FMI em forma de empréstimos. O peso dos empréstimos na economia foi subindo ao longo das décadas. Em 1989-90 o défice orçamental subiu para 10.1% em comparação com 6% em 1981. Em números, a dívida externa da Índia em 1989-90 era de \$58.63 mil milhões e este valor aumentou para \$70 mil milhões em 1991. Em termos comerciais, o peso das exportações indianas no PIB não registou qualquer crescimento entre 1980 e 1990, pois a percentagem situou-se em 16% (Ebrahimi, 1996). Enquanto nos outros países da região como a China, esta percentagem subiu de 22% para 35% no mesmo período. Portanto, a prosperidade agrícola, industrial e de serviços, sobretudo no ramo tecnológico que a Índia experienciou nos anos 80, foi pouco sustentável, uma vez que os altos valores de empréstimos desequilibraram a economia até ao fim da década

de 80, com uma elevadíssima dificuldade em servir a dívida externa ao FMI e Banco Mundial (Mukherji, 2009b; Weber, 2012).

No entanto, a nível social, as políticas agrícolas e industriais de Rajiv Gandhi beneficiaram uma grande parte da população, uma vez que a indústria tinha começado a gerar emprego e a agricultura também estava a florescer. Em 1989-90, a percentagem da população a viver abaixo da pobreza tinha baixado para os 39%, em comparação com 51% em 1977-78 (Corbridge, 2009). A visão de modernização de Rajiv Gandhi trouxe a reforma educacional na Índia. O objetivo era fornecer a educação de qualidade para todo o país, sem discriminar qualquer região e para atingir esse objetivo inaugurou várias instituições de ensino superior e deu ênfase à educação de crianças nas zonas rurais para terminar com a iliteracia na Índia. A taxa de literacia que se encontrava nos 28.3% em 1961, tinha subido para 53% em 1991, mas ainda assim era mais baixa que a da China, onde a literacia situava-se nos 78% em 1991 (Ayyar, 2017; Banco mundial, 2019a).

O desempenho económico que a Índia teve ao longo destes anos é apresentado na Tabela 2, que compara a situação económica do país com outros países da região. Pode-se notar que o crescimento indiano em média foi sempre inferior em relação a outros países asiáticos, contudo em 1988 a Índia registou a taxa de crescimento anual do PIB mais alta desde a independência.

Tabela 2: Crescimento anual do PIB das economias asiáticas entre 1976-1991

	GDP growth (annual %)															
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
India	1.7	7.3	5.7	-5.2	6.7	6.0	3.5	7.3	3.8	5.3	4.8	4.0	9.6	5.9	5.5	1.1
China	-1.6	7.6	11.1	7.6	7.8	5.2	8.9	10.8	15.1	13.4	8.9	11.7	11.2	4.2	3.9	9.3
Thailand	9.3	9.8	10.3	5.4	5.2	5.9	5.4	5.6	5.8	4.6	5.5	9.5	13.3	12.2	11.2	8.6
Korea, Rep.	13.1	12.3	10.8	8.6	-1.7	7.2	8.3	13.2	10.4	7.7	11.2	12.5	11.9	7.0	9.8	10.4
Singapore	7.4	6.9	7.8	9.6	10.1	10.8	7.1	8.6	8.8	-0.6	1.3	10.8	11.3	10.2	9.8	6.7

Source: World Bank, 2019

Fonte: Banco Mundial, 2019b

A crise em que o país tinha entrado estava claramente visível até 1990. A Guerra do Golfo, que trouxe o mundo à beira de mais uma crise petrolífera, serviu como o último ataque à economia indiana altamente enfraquecida. Índia foi o terceiro país mais

afetado por esta crise em termos económicos, pois teve de gastar o valor de \$1.6 mil milhões adicionais para a importação de petróleo (Overseas Development Institute, 1991).

Em maio de 1991, o país entrou numa situação completamente desesperada com taxas de crescimento negativas. O saldo em moeda forte necessário para as importações não dava sequer para mais de duas semanas (Corbridge, 2009). A alternativa que o Estado tinha neste momento era ir buscar dinheiro aos bancos. Contudo, com o medo de perder o seu dinheiro nos bancos devido à economia instável, foram retirados cerca de \$4 mil milhões dos bancos pelos emigrantes indianos que tinham depositado as suas remessas neles (Jain, 1992; Weber, 2012).

Portanto, a única opção que restava para o Estado era pedir assistência ao FMI e Banco Mundial. No entanto, ambas as organizações recusaram fornecer ajuda, porque as previsões de Índia devolver o dinheiro eram praticamente nulas e ao mesmo tempo tinham tido má experiência com os países latino-americanos nos anos 80. Além disso, as ideias neoliberais de Reagan e Thatcher e a queda do muro de Berlim estavam a mudar o pensamento económico e político global, por isso, o Banco Mundial e FMI encorajaram os países do “Terceiro mundo” a adotar o programa de ajustamentos estruturais definido no Consenso de Washington. A Índia não foi a exceção, pois ambas as organizações definiram a liberalização económica como o pré-requisito para atribuir a assistência financeira (Reddy, 2000; Corbridge, 2009).

A Índia, sem mais hipóteses, teve de aceitar as condições do consenso de Washington e decidiu aplicar as políticas liberais em 1991. Com a decisão indiana de aplicar as políticas liberais, o Banco Mundial, juntamente com o FMI disponibilizou cerca de \$2 mil milhões como assistência de emergência e prometeu o empréstimo de \$12.25 mil milhões ao governo indiano para o período de 1992-1995 (Swamy, 1994). Com isto, a Índia estava preparada para entrar na nova era de privatização iniciada progressivamente desde 1984 por Rajiv Gandhi.

3. AS REFORMAS ECONÓMICAS DE LIBERALIZAÇÃO E DESEMPENHO SOCIOECONÓMICO DESDE 1991

Tal como era previsto, o ajustamento a nível macroeconómico redesenhou as políticas económicas do país, tal como sugeridas pelo FMI e Banco Mundial. Para iniciar, a maioria dos subsídios dos antigos governos socialistas foram reduzidos. Um dos setores que sofreu maiores cortes nos subsídios foi o setor agrícola, pois era o setor que tinha o maior peso no programa de subsídios, seja na forma de fertilizantes ou maquinarias (Siggel, 2010; Weber, 2012).

Em segundo lugar, foi dada uma grande atenção para atrair o Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Estima-se que a Índia tenha recebido \$24 mil milhões como Investimento Direto Estrangeiro (IDE) entre 1992 e 2002, o que ajudou as empresas locais, sobretudo do setor automóvel e tecnológico (especialmente o software) como Tata, Mahindra e Infosys a criar parcerias com as multinacionais estrangeiras, nomeadamente com as americanas e japonesas. Estas parcerias ajudaram o fortalecimento do setor privado na Índia, facilitando o Estado retirar a sua intervenção na economia (Mukherji, 2009b). Cada estado passou a ser menos dependente em termos financeiros de Nova Deli, pois o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), que a liberalização trouxe, tornou vários estados autossuficientes em termos financeiros, acabando a sua dependência do Governo Federal. Um exemplo disso são os estados como Maharastra e Gujarat, que atraíram a maior parte do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) devido a sua conectividade com o mar e hoje são vistos como os estados mais ricos do país (Kumar & Rahaman, 2016). A capacidade de atração do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e as consequências positivas na fiscalidade e autonomia de *Policy* perfazem um conjunto de fatores que agravam as diferenças entre estados. Assim, é compreensível que desde 1991 as diferenças regionais tenham aumentado.

Em terceiro lugar, seguindo as indicações de fóruns multilaterais, a Índia começou gradualmente abolir o sistema de *License Raj*, o que permitiu a estabilidade da indústria da pequena escala, aumentando a produção industrial no país. O sistema de licenças era acusado de ser altamente burocrático e corrupto, pois a força política servia os interesses de alguns empresários próximos dos líderes políticos e ignorava os restantes que não tinham qualquer ligação com o mundo político (Knapp, 2008).

Em termos comerciais, o volume das exportações subiu rapidamente e duplicou entre 1991 e 1999. Portanto, o sonho de uma economia baseada na indústria e serviços que a Índia tanto desejava para evitar as crises futuras e para equilibrar os pagamentos das crises anteriores, estava a ser realizado (Mukherji, 2009b).

Como resultado de todos estes avanços, o PIB indiano que tivera o crescimento anual de -0.98% em 1991, em 1999 chegou a atingir o crescimento de 9% por ano (Banco Mundial, 2019c). A história indiana de crescimento económico iniciada em 1991 continua até hoje.

Porém, a nível social, os resultados diferem dos registados a nível económico. A liberalização económica não beneficiou de forma impressionante a sociedade. Weber (2012) e Mukherji (2009a) apontam principalmente para as desigualdades sociais que aumentaram duas a três vezes desde 1991 e a redução da taxa de pobreza que continuou com um ritmo lento mesmo depois do início das reformas. Porém, segundo os dados estatais, o crescimento económico teve os resultados muito positivos para a sociedade, notando que a Índia retirou cerca de 250 milhões de pessoas da pobreza extrema desde 1991 e as taxas de pobreza caíram de 36% em 1992 para 26% em 2000 (Siggel, 2010). Contudo, a veracidade dos dados oficiais é questionada pelos académicos como Abhijit Sen e Himanshu que apontam para a década de 1990 como uma década perdida para o crescimento social, sobretudo para a redução da pobreza (Corbridge, 2009). Segundo a visão destes dois académicos, os dados calculados pelo Estado indiano não estão de acordo com os padrões e normas internacionais. Medir apenas uma vertente social como a redução da pobreza extrema não é suficiente para medir o progresso feito a nível social, pois ainda em 2015 a Índia posicionou-se no lugar 130 na lista de 180 países que foram avaliados pela Organização das Nações Unidas sobre o seu desempenho no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que incorpora outras vertentes como a nutrição infantil, esperança média de vida, acesso aos bens primários, etc. Entretanto, o seu maior rival económico, a China posicionou-se no lugar 90 nesse ano (Deb, 2017).

Um bom exemplo para analisar a realidade social da Índia é a taxa de mortalidade infantil que era 80/1000 em 1990, comparada com a do Bangladesh de 91/1000 no mesmo ano. Geralmente, Bangladesh é visto como um país menos rico e menos avançado que a Índia, mas em 1999, a taxa de mortalidade infantil tinha-se

reduzido para 61/1000 neste país, enquanto que na Índia esta taxa situava-se em 73/1000. Portanto, mesmo após 8 anos de reformas, em 1999, a Índia ainda tinha pior desempenho que muitos dos países em desenvolvimento na eliminação dos problemas sociais. Um exemplo semelhante é o da malnutrição infantil. Em 2006, cerca de 45% das crianças indianas sofriam de malnutrição, enquanto que na Etiópia as taxas foram registadas para menos de 40% no mesmo período (Mukherji, 2009a).

As causas deste desenvolvimento não-inclusivo são várias e complexas, pois as razões variam de região para região na Índia, contudo há certos motivos principais que podem explicar este fenómeno, como a corrupção estatal como já vimos com o exemplo de *License Raj*. Conflitos políticos entre o Governo Federal em Nova Deli e governo local de cada estado, ou seja, uma falta de coordenação entre ambos os lados devido às diferenças políticas e ideológicas. Fatores pessoais no comportamento de *policymakers*, como foi o caso de Indira Gandhi com as restrições para o setor industrial, por exemplo e/ou complexo sistema de castas e religiões que impede as pessoas de avançarem socialmente (Mukherji, 2009b; Deb, 2017).

Pensamos que um olhar focado no caso do Uttar Pradesh contribui para ponderar estes fatores explicativos de forma qualitativa.

4. DESEMPENHO DE UTTAR PARDESH

O problema de crescimento desequilibrado é altamente presente no Uttar Pradesh, uma vez que é o Estado mais populoso do país, logo o número de indivíduos afetados também é maior e os resultados obtidos a partir de Uttar Pradesh prejudicam em grande medida a posição da Índia nos *rankings* mundiais.

Um dos impactos que as reformas económicas deixaram na Índia foi o aumento das desigualdades entre estados indianos. Desde a época de Nehru, não tinham sido registados níveis de desigualdades intraestatais tão altos como foram desde 1991. Como já foi visto anteriormente, o modelo socioeconómico seguido até 1991 foi maioritariamente socialista e o desenvolvimento de cada estado indiano estava sob o

controlo de Nova Deli, pois o sistema político era centralizado e a distribuição da riqueza nacional era feita de forma igualitária.

No caso de Uttar Pardesh, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) não foi muito favorável devido à sua localização que não tem a ligação marítima, o que dificulta o caminho para os empresários interessados em comércio internacional. O mesmo cenário é visível nos estados vizinhos como Bihar, Jharkhand e/ou Madhya Pardesh. Além disso, as políticas fiscais e comerciais de Uttar Pardesh tampouco foram favoráveis para o investimento empresarial, por isso houve pouca empregabilidade para a população, o que poderia trazer a estabilidade financeira para os habitantes deste estado, algo que é essencial para a redução da pobreza. Juntamente com estes fatores, a redução de fundos de desenvolvimento regional alocados por Nova Deli a estados indianos é cada vez menor, pois a escolha do caminho capitalista pela Índia reduziu o papel do Estado Federal em assuntos socioeconómicos do país. Hoje os estados competem entre si para atrair o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), de modo a reforçarem a sua autonomia. No entanto, Uttar Pardesh, continua altamente dependente dos fundos de Nova Deli devido ao baixo rendimento da população e dificuldade em atrair investimento (Pal, 2014; Mukherji, 2009b). Segundo os cálculos de Singh (2013) a contribuição de Uttar Pardesh para a economia nacional reduziu de 10% em 1991 para 7.5% em 2010.

Com os cortes nos subsídios agrícolas, a agricultura foi gravemente afetada e a sua contribuição para o PIB reduziu de 32% em 1991 para 14% em 2011. Isto acontece mesmo quando cerca de 58% da população do país ainda se dedicava à agricultura em 2011 (Mukherji, 2009a; Weber, 2012). No caso de Uttar Pardesh, cerca de 77% da população vive nas zonas rurais e 65% da população total do Estado tem a agricultura como o seu meio de subsistência (Srivastava, 2015). No caso da população rural, a agricultura é o único meio de rendimento. Com a retirada dos subsídios, os agricultores de Uttar Pardesh, isto é, mais de metade da população total do Estado passou a ser diretamente afetada. Os *inputs* na agricultura hoje são maiores do que os *outputs*, pois o lucro é menor que os gastos que cada agricultor faz para o cultivo. Consequentemente, o número de agricultores a cometer suicídio aumentou de forma preocupante desde 1991 e estima-se que até 2014, cerca de 300 mil agricultores tinham cometido o suicídio na Índia, uma vez que são obrigados a recorrer a empréstimos devido à falta de apoio do

Estado. Normalmente, são incapazes de devolver esses empréstimos, por isso, acabam por cometer suicídio (National Crime Records Bureau, 2014; Majunatha & Ramappa, 2017). Uma grande percentagem destes suicídios é registada em Uttar Pardesh, o que é compreensível pelo tamanho do estado e da população ligada à agricultura residente nele.

Chandrasekhar & Ghosh (1999) calculam que a pobreza nas zonas rurais tem aumentado desde as reformas de 1991, justamente pela falta de atenção do Estado ao setor agrícola e um dos grupos sociais mais prejudicados com isto são os *Dalits* (Intocáveis). As pessoas deste grupo não possuem terras devido às reformas agrárias de Nehru e 80-90% dos membros vivem nas zonas rurais, portanto, a única forma de empregabilidade era trabalhar nos campos agrícolas e com a falta de lucro na agricultura, os proprietários são incapazes de empregar os membros deste grupo nos seus campos. Uttar Pardesh é o estado maioritariamente rural e tem o maior número da população deste grupo, é, pois, o estado mais afetado com a problemática da agricultura vivida na Índia, daí ter uma das taxas mais altas de pobreza no país (Khan & Ansari, 2018).

Além dos fatores externos, isto é, a falta de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) para gerar emprego para uma população em crescimento contínuo, corte nos subsídios para assegurar o emprego existente na agricultura e redução nos fundos de apoio pelo Governo Federal, há certos fatores internos no Uttar Pardesh que o levam a posicionar entre os estados com mau desempenho socioeconómico. 1) Tem altos níveis de corrupção que impossibilitam o modelo *top down*, pois os fundos para os programas sociais raramente chegam até quem os necessita, 2) Falta de iniciativas e diálogo para iniciar o processo de modernização, isto é, falta de resolução de diferenças/conflitos políticos e ideológicos com os sucessivos governos nacionais como terá acontecido nas reformas da Revolução Verde 3) Inexistência de reformas institucionais, 4) Altos impostos para os possíveis investidores, 5) Baixa educação dos políticos, 6) Reprodução política de certas famílias, entre outros (Deb, 2017).

Os fatores culturais também são um dos principais responsáveis pelo atraso deste estado. Em 2011, passados 20 anos de reformas, Uttar Pardesh tinha a taxa de literacia de 67.7% enquanto que a média indiana foi de 79.3%. A explicação desta

percentagem é dada por Banerjee & Ghosh (2018), que argumentam que as baixas taxas de literacia em Uttar Pardesh são resultado do complexo sistema de segregação baseada na religião e castas. Nas zonas rurais (o sistema de castas é muito ativo, as crianças de castas inferiores são frequentemente impedidas de se matricular na escola). No caso das raparigas, o impedimento é ainda mais forte devido à desigualdade de género que é muito elevada na Índia. A mesma situação é visível nas condições de saúde: Uttar Pardesh tinha a esperança média de vida de 64 anos em 2014; no entanto, a média indiana foi de 68 anos (Ministry of Home Affairs, 2014). A falta de acesso aos hospitais e precárias condições de manutenção dos hospitais públicos fazem com que a maioria dos doentes não consiga sobreviver mesmo tendo as doenças completamente curáveis.

Os cálculos mais recentes da Universidade de Radboud (2019) mostram que a pontuação de Uttar Pardesh no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2017 foi de 0.590, o que não consegue competir com a média indiana que foi de 0.639 no mesmo período. Em suma, é um estado com o fraco desempenho socioeconómico e não segue um paralelismo com o resto do país nesse tema.

Na falta de dados sistemáticos regionais para datas anteriores a 1991, a tabela 3 ilustra em que medida entre 1991 e 2011 os indicadores de desenvolvimento e de rendimento per capita têm-se depreciado no Uttar Pardesh.

Tabela 3: Comparação entre Maharashtra e Uttar Pardesh no período de 1991-2011

	Maharashtra		Uttar Pradesh	
	1991	2011	1991	2011
Literacy rate	60%	82,3%	49,1%	67,7%
Life expectancy	62	70	58	61
Population below poverty line	46,2%	17,7%	47,5%	29,9%
Population employed in agriculture	68%	54%	76%	65%
GDP Per Capita	\$805	\$3,027	\$540	\$950

Fonte: Ministry of Statistics and Programme Implementation, 2020

Os dados da tabela sugerem que, se durante o período de reformas “top-down” o estado Uttar Pardesh teve poucas oportunidades de aproveitar os benefícios das reformas agrárias por presença numérica importante de casta de *dalits*, também na fase liberalizadora, as instituições desenhadas necessitariam que o estado Uttar Pardesh tivesse capacidade competitiva para atrair Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Todavia, a sua população ainda maioritariamente rural, a política fiscal que precisa de tributar os investidores por baixo rendimento médio da maioria da população, por um lado, e a baixa literacia e resiliência de instituições informais que perpetuam a segregação social e de género, por outro lado, perfazem um conjunto condições pouco favoráveis a atrair os investidores estrangeiros. O Uttar Pardesh parece ser um caso ilustrativo de como alguns acontecimentos determinam um dado percurso evolutivo, e que tornam o caminho (*path*) difícil de reverter (*path dependence*). E causa fundamental parece ser o modo como as primeiras reformas na agricultura incluíram a norma (instituição informal) da discriminação dos intocáveis no acesso a um bem de capital crucial numa sociedade agrícola.

5. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho foi feita a análise da política e economia de desenvolvimento na Índia desde uma perspetiva histórica. Desde a independência até 1991, o modelo socioeconómico seguido no país foi igualitário, ou seja, todos os Estados do país encontravam-se na situação semelhante em termos económicos e sociais, pois a distribuição da riqueza era executada de forma idêntica para cada região do país sob a ideologia socialista. Com o início dos anos 90, as experiências do passado socialista e as crises frequentes obrigaram o país a abrir as portas para o mundo. Com a abertura económica de 1991, evidenciou-se uma forte autonomização por parte dos estados indianos, reduzindo assim uma centralização político-económica no país.

O que é interessante ver é que durante todo o período de 1947-1991, a agricultura foi o centro de atenção das políticas económicas. Porém, desde o período das reformas de 1991, toda a atenção passou a ser dada ao setor industrial e de serviços, sobretudo a este último. Esta viragem é entendível porque foi o setor agrícola que foi

um dos principais responsáveis pelo grande colapso económico de 1991, pois os empréstimos solicitados pelos governos indianos de pré-1991 para subsidiar este setor desequilibraram a situação financeira do país, e por isso, o governo passou a dar ênfase ao setor industrial e setor de serviços como a alternativa. Além disso, o mundo cada vez mais globalizado também exigia que o Estado indiano passasse a olhar para estes setores como prioritários. Todavia, isto não enquadra bem no caso indiano, uma vez que mais de metade da população continua ligada à agricultura e a retirada do Estado indiano como o financiador da agricultura agrava a situação dos estados maioritariamente dependentes da agricultura.

No caso de Uttar Pardesh este problema é ainda mais grave, uma vez que é um estado maioritariamente rural e altamente dependente da agricultura para a empregabilidade e receita fiscal. Ademais, a falta de fundos do Governo Federal é outra penalidade que fragiliza a posição de Uttar Pardesh. Consequentemente, o investimento na educação, saúde e nos restantes programas sociais é reduzido, o que prejudica a vida de vários milhões de pessoas na pobreza. Isto também danifica a imagem da Índia em si, pois é o estado mais populoso do país. Portanto, depreciar o setor agrícola é um erro grave que pode trazer consequências graves no país e é necessária a atenção do Governo Federal para este setor, de modo a garantir o desenvolvimento inclusivo.

As reformas foram previstas como uma chave de desenvolvimento para todos os indianos, mas tendo em conta os dados, isto não chegou a acontecer, pois hoje é um dos países do mundo com taxas de desigualdade extremamente altas. Em primeiro lugar, as oportunidades que as reformas forneceram a cada região da Índia foram desiguais, daí a existência de Estados com boas condições de vida para os seus habitantes, e outros com piores condições do que muitos países de África subsariana. Em segundo lugar, a retirada contínua do Governo Federal dos assuntos socioeconómicos dos estados indianos alimenta mais estas desigualdades. Logo, a falta de intervenção do Governo Federal neste aspeto é negativa para o controlo de desigualdades na Índia.

Por fim, o crescimento sem desenvolvimento que a Índia tem hoje, não é sustentável a longo prazo, pois o capital humano é o motor principal para assegurar o futuro de qualquer nação. O crescimento económico é irrelevante se a qualidade de vida das pessoas não melhora. Por esta razão, a Índia necessita de rever as suas políticas

sociais de modo a erradicar a pobreza, fome, iliteracia, desnutrição infantil, desigualdades sociais, etc. Para uma sustentabilidade política e um desenvolvimento inclusivo de longo prazo, o governo indiano necessita de garantir que todos os cantos do país beneficiam do crescimento económico, sem deixar para trás qualquer região do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acemoglu et al. (2005). *Institutions as a fundamental cause of long-Run growth*. Disponível em: <https://economics.mit.edu/files/4469> [Acesso em: 30/04/2020]
- Ayyar, R. (2017). *History of Education Policymaking in India, 1947–2016*. New York: Oxford University Press
- Banco Mundial (2019a). *Taxa de literacia da Índia e da China*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/SE.ADT.LITR.ZS?end=1995&locations=IN-CN&start=1988&view=chart>. . [Acesso em: 06/01/2019]
- Banco Mundial (2019b). *Crescimento anual do PIB das economias asiáticas entre 1976-1991*. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=NY.GDP.MKTP.KD.ZG&country=IND,CHN,THA,KOR,SGP>. [Acesso em: 17/12/2019]
- Banco Mundial (2019c). *Crescimento anual do PIB Indiano*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=IN>. [Acesso em: 20/12/2019]
- Banerjee, S. & Ghosh, N. (2018). *Caste and Gender in Contemporary India: Power, Privilege and Politics*. New York: Taylor & Francis
- Barman, A. (2016). *Was Indira Gandhi really the economic ogre she's made out to be?*. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/blogs/folk-theorem/was-indira-gandhi-really-the-economic-ogre-shes-made-out-to-be/>. [Acesso em: 08/12/2019]
- Chandrasekhar, C. & Ghosh, J. (1999). *The Indian economic reform process and the implications of the Southeast Asian crisis*. Disponível em: http://www.oit.org/wcm5/groups/public/@ed_emp/documents/publication/wcms_120391.pdf. [Acesso em: 23/12/2019]

- Corbridge, S. (2009). *The Political Economy of Development in India Since Independence*. London: Routledge
- Deb, S. (2017). *Impact of Economic Growth on Social Development. Dimensions in India: A State-Level Analysis*. Disponível em: <http://csdindia.org/wp-content/uploads/2017/10/Working-Paper-Impact-of-Economic-Growth-on-Social-Development-2017.pdf>. [Acesso em: 22/12/2019]
- Dhawan, S. (1985). *Selected Thoughts of Indira Gandhi: A Book of Quotes*. New Delhi: Mittal Publications
- Dirks, N. (2011). *Castes of Mind: Colonialism and the Making of Modern India*. New Jersey: Princeton University Press
- Ebrahimi (1996). *Structural adjustment in India*. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/923271468750298112/pdf/28681.pdf>. [Acesso em: 17/12/2019]
- FMI (2019). *Inflation rate, average consumer prices*. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/PCPIPCH@WEO/OEMDC/IND>. [Acesso em: 03/12/2019]
- Hart, H. (2019). *Indira Gandhi's India*, 2ª ed. New York: Routledge
- Jain, P. (1992). *India's Economic Crisis: Diagnosis and Treatment*. New Delhi: Concept Publishing Company
- Khan, W. & Ansari, S. (2018). *Does Agriculture Matter For Economic Growth Of Uttar Pardesh (India)?*. Disponível em: <http://www.uiec.ru/content/zhurnal2018/ER3/24iKhan.pdf>. [Acesso em: 23/12/2019]
- Knapp, M. (2008). *Contemporary Auditing: Real Issues & Cases*, 7ª ed. Mason: Cengage Learning

- Knorringa, P. & Staveren, S. (2007). Beyond social capital: a critical approach. *Review of social economy*, 65(1), pp. 1-9
- Kumar, P. & Rahaman, S. (2016). Pre and Post Regional Development Scenario in India. *Journal of Urban and Regional Studies on Contemporary India*. pp. 1-10
- Majunatha, A. & Ramappa, K. (2017). *Farmer Suicides - An All India Study*. Disponível em: http://www.isec.ac.in/farmer_suicides_An%20all%20India%20study-09Aug2017-revised.pdf. [Acesso em: 23/12/2019]
- Ministry of Home Affairs (2014). *Abridged Life Tables- 2010-14*. Disponível em: http://www.censusindia.gov.in/Vital_Statistics/SRS_Life_Table/2.Analysis_2010-14.pdf. [Acesso em: 23/12/2019]
- Ministry of Statistics and Programme Implementation (2020). *Data reports*. Disponível em: <http://mospi.gov.in/download-reports>
- Mukherji, R. (2009a). The State, Economic Growth, and Development in India. *India Review*. pp. 81-106
- Mukherji, R. (2009b). *The political Economy of Development in India*. Disponível em: https://crawford.anu.edu.au/acde/events/past/tradeandindustry/papers/Paper_9_Mukherji.pdf. [Acesso em: 08/12/2019]
- Mukhopadhyay, J. (2019). *Rising from the Ashes of Bengal's Partition: Untold Story of a 'Phoenix' Aspiring to Live a New Life*. Chennai: Notion Press
- National Crime Records Bureau (2014). *Farmer Suicides in India*. Disponível em: <http://ncrb.gov.in/StatPublications/ADSI/ADSI2014/chapter-2A%20farmer%20suicides.pdf>. [Acesso em: 22/12/2019]
- National Informatics Centre (2015). *Indian Economy 1950-1990*. New Delhi: NIC - Government of India

- Overseas Development Institute (1991). *The Impact of The Gulf Crisis On Developing Countries*. Disponível em: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/6770.pdf>. [Acesso em: 17/12/2019]
- Pal, R. (2014). Socio-Economic Development of Uttar Pradesh. *International Journal of economics and Management*, pp. 210-216
- Panagariya, A. (2003). *India in the 1980s and 1990s: A Triumph of Reforms*. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/apd/seminars/2003/newdelhi/pana.pdf>. [Acesso em: 14/12/2019]
- Panagariya, A. (2011). *March to socialism under Prime Minister Indira Gandhi offers an interesting parallel*. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/opinion/et-commentary/march-to-socialism-under-prime-minister-indira-gandhi-offers-an-interesting-parallel/articleshow/9715049.cms>. [Acesso em: 09/12/2019]
- Reddy, R. (2000). India, the Washington Consensus and the East Asian crisis. *International Social Science Journal*. pp. 505-516
- Sen, A. & Drèze, J. (2002). *India: Development and Participation*, 2^a ed. New York: Oxford University Press
- Sharma, S. (2004). *Corrupt Inept Rudderless Politicians: Impediments to India's Forward March*. Bloomington: Xlibris Corporation
- Siggel, E. (2012). Poverty alleviation and economic reforms in India. *Progress in Development Studies* 10 (3), pp. 247-259
- Singh, G. (2013). *Two Decades of Globalization in Uttar Pradesh and Increasing problems and Challenges Before Agricultural Workers*. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.820.2530&rep=rep1&type=pdf>. [Acesso em: 03/12/2019]
- Singh, N. & Kohli, D. (1997). *The Green Revolution in Punjab, India: The Economics of Technological Change*. Santa Cruz: University of California

- Sivakumar, B. (2013). *Half of India's dalit population lives in 4 states*. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/india/Half-of-Indias-dalit-population-lives-in-4-states/articleshow/19827757.cms>. [Acesso em: 04/12/2019]
- Srivastava, B. (2015). *Chapter 3: Socio-Economic Challenges in Uttar Pardesh*, pp. 71-106. Disponível em: <https://shodhganga.inflibnet.ac.in/bitstream/10603/44141/6/chapter-3.pdf>. [Acesso em: 16/11/2019]
- Swamy, D. (1994). *The Political Economy of Industrialisation: From Self-Reliance to Globalisation*. New Delhi: Sage Publications
- Tagra, V. (1994). *Jawaharlal Nehru and the status of women in India*, New Delhi: Indian History Congress
- Tharoor, S. (2003). *Nehru: The Invention of India*. New York: Arcade Books
- Tharoor, S. (2017). *Profound transformation and extraordinary stories: India's incredible journey from independence to modern nation*. Disponível em: <https://www.thenational.ae/opinion/profound-transformation-and-extraordinary-stories-india-s-incredible-journey-from-independence-to-modern-nation-1.619565>. [Acesso em: 03/12/2019]
- Universidade de Radboud (2019). *Subnational Human Development Index*. Disponível em: https://globaldatalab.org/shdi/shdi/IND/?interpolation=0&extrapolation=0&nearest_real=0 [Acesso em: 24/12/2019]
- Varalaksmi, J. & Jnopathy, V. (2005). *Indira Gandhi: Woman of India's Destiny*. Delhi: Kalpaz Publications
- Weber, E. (2012). *Economic reform, social development and conflict in India*. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/11534341.pdf>. [Acesso em: 15/12/2019]
- William, D. et al. (2012). *World History, Volume II: Since 1500*, 7ª ed. Boston: Pennsylvania State University

Worstall, T. (2017). *The British Left India Richer Than They Found It - Unfortunately It Was Malthusian Growth*. Disponível em:
<https://www.forbes.com/sites/timworstall/2017/08/15/the-british-left-india-richer-than-they-found-it-unfortunately-it-was-malthusian-growth/#63ac7bdb5a8f>. [Acesso em: 03/12/2019]